



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

GÉNERO NA PERSPETIVA INDIVIDUAL: AGÊNCIA, CONSTRANGIMENTOS E OPORTUNIDADES

MACIEL, Diana

Doutoranda em Sociologia, ISCTE, diana.maciел@iscte.pt

Resumo

Este paper pretende refletir sobre o projeto de tese de doutoramento, orientada pela Professora Anália Torres, que visa compreender como o indivíduo vive a sua condição de género, na sociedade portuguesa atual, num contexto de mudanças sociais, económicas e culturais.

Entende-se o género numa perspetiva que engloba quatro níveis de análise (Messner, 2000): individual, interaccional, estrutural e cultural. Deste modo, percebe-se o género enquanto integrando não só uma perspetiva individualista, em que o indivíduo é agente da sua condição de género (West e Zimmerman, 1987 e 2009; Butler, 1990), mas também uma perspetiva estruturalista, em que esse mesmo indivíduo se encontra integrado numa sociedade que lhe oferece constrangimentos e possibilidades estruturais ao exercício dessa agência no âmbito da sua condição de género (Connell, 2009; Martin, 2003; Messner, 2000).

Para a compreensão do que consiste ser homem ou mulher, começou a realizar-se biografias indiretas através de entrevistas semi-diretivas a indivíduos dos 30 aos 60 anos, de modo a encontrar-se diferenças culturais e sociais provenientes de diferenças geracionais; e de proveniências diversificadas no que diz respeito à classe social. As entrevistas são constituídas por duas partes. Uma relativa ao curso de vida ao longo da infância, adolescência e vida adulta. Outra relativa ao momento presente e como o indivíduo gere cinco dimensões: conjugalidade, parentalidade, trabalho profissional, política e religião.

Abstract

This paper aims to reflect on the proposed PhD thesis, supervised by Prof. Anália Torres, who seeks to understand how individuals live their gender, in today's Portuguese society, in a context of social, economic and cultural changes.

Gender is understood, in the research, as encompassing four levels of analysis (Messner, 2000): individual, interactional, structural and cultural. Thus gender is perceived as incorporating not only an individualistic perspective, wherein the individual is an agent of their gender (West and Zimmerman, 1987 and 2009; Butler, 1990) but also a structuralist perspective, in that the same individual is integrated in a society that offers structural constraints and possibilities to exercise that agency (Connell, 2009; Martin, 2003; Messner, 2000).

To understand what is, in today's Portuguese society, to be male or female, we began to held indirect biographies through semi-directive interviews to individuals from 30 to 60 years old, to meet cultural and social differences from generational differences; and diverse origins in what concerns to social class. The interviews have two parts. First one regarding the life course through childhood, adolescence and adulthood. Second one concerning the present moment and how the individual manages five dimensions: marriage, parenthood, employment, politics and religion.

Palavras-chave: Género; agência; estrutura; doutoramento; entrevistas

Keywords: Gender; agency; structure; PhD; interviews

[PAP0306]

1. Introdução

A atual pesquisa, a ser desenvolvida no âmbito do Programa de Doutorado em Sociologia, orientada pela Professora Anália Torres, visa compreender como o indivíduo vive a sua condição de gênero na sociedade portuguesa atual, num contexto de grandes e rápidas mudanças sociais, económicas e culturais. Ou seja, procura-se saber como o indivíduo genderizado, na sociedade portuguesa do século XXI, gere múltiplas dimensões da sua vida quotidiana, nomeadamente a formação de família (conjugalidade e parentalidade), a trajetória e situação profissional atual, o posicionamento e participação política, e as representações e práticas religiosas. Contudo, para além desta gestão individual do presente, a investigação pretende igualmente compreender como o indivíduo construiu o seu percurso biográfico, com que decisões, constrangimentos e recursos, e que influência ou papel teve o gênero nessa trajetória. Para, deste modo, procurar-se perceber a agência no feminino e no masculino e as condições e/ou limitações ao exercício dessa mesma agência – a estrutura.

Com estes objetivos em mente, desenvolver-se-ão três capítulos. Um primeiro capítulo com uma breve reflexão teórica sobre a relação entre os conceitos de agência e estrutura, com os contributos essenciais de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Um segundo capítulo sobre a conceptualização teórica em torno do conceito de gênero, procurando incluir, sem pretensões de exaustão, diversas correntes teóricas em atual discussão, nomeadamente a corrente individualista, defendida por autores como Candace West e Don Zimmerman, Judith Butler e Francine Deutsch; a corrente estruturalista, advogada por autores como Patricia Yancey Martin e Barbara Risman; e a corrente integracionista seguida por autores como Raewyn Connell e Michael Messner. Por fim, um terceiro capítulo sobre a metodologia adotada para a pesquisa em curso, nomeadamente a realização de biografias indiretas através de entrevistas semi-diretivas a 60 indivíduos dos 30 aos 60 anos, de modo a encontrar-se diferenças culturais e sociais provenientes de diferenças geracionais; e de proveniências diversificadas no que diz respeito à classe social.

2. Agência e estrutura: algumas reflexões

O presente objetivo de pesquisa de tentar compreender como o indivíduo vive atualmente a sua condição de gênero e como essa condição de gênero poderá influenciar o seu percurso biográfico, tanto as suas decisões e escolhas como os seus constrangimentos e oportunidades no passado e no presente, tornou claro, desde o início, a importância de uma reflexão sobre o problema da relação entre o indivíduo e a sociedade, ou, dito de outra forma, entre a agência e a estrutura.

Sendo que, na teoria social, a agência é compreendida, em largos traços, enquanto uma ação individual com motivações subjetivas, podendo essas motivações ser do âmbito racional e instrumental, orientada por valores ou afetos, ou resultado de um hábito aprendido e adquirido na experiência quotidiana ao longo do percurso de vida. Deste modo, procura-se, nesta conceção da agência individual, incluir não só as capacidades e recursos cognitivos e expressivos do indivíduo, mas também os seus próprios desejos e intenções de intervir na realidade social.

Contudo, toda a capacidade do indivíduo de agir, a sua agência, encontra-se integrada num contexto social e histórico herdado que tanto a pode limitar quanto beneficiar. Pelo que não se deve considerar a agência individual sem se considerar as estruturas presentes em todas as sociedades. Sendo que se entende, na teoria social, enquanto estruturas, em sentido lato, as redes de relações sociais. Redes de relações essas que podem ser dotadas de distribuições diferenciadas de poder; de conjuntos historicamente pradonizados de instituições; de conceções e sistemas simbólicos e normativos de interpretação da ação que tendem a condicionar ou coagir de forma consciente ou inconsciente o indivíduo, quer ao nível da personalidade quer ao nível do comportamento.

Embora o problema da relação entre a agência e a estrutura seja amplamente estudado e discutido em sociologia, pretende-se aqui refletir, e apenas de forma breve, os contributos teóricos de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, por se considerar as suas contribuições essenciais. Tanto Giddens como Bourdieu defendem

a interdependência entre agência e estrutura, no caso do primeiro, ou entre *habitus* e campo, no caso do segundo.

Para Giddens, a existência da agência implica necessariamente a existência da estrutura, existindo uma relação de dependência mútua. Sendo que a agência consiste em qualquer atividade realizada pelo agente, em que este pudesse ter agido de forma diferente, quer no sentido de mudar o curso dos acontecimentos ou mesmo os sistemas sociais, quer no sentido de se abster perante esses mesmos acontecimentos e sistemas. Ou seja, Giddens concebe a agência enquanto uma ação com capacidade transformativa, como qualquer ação passível de produzir efeitos na realidade social, influenciando, deste modo, a reprodução ou mudança dos sistemas sociais. Sendo que esses efeitos podem ser de maior ou menor alcance (Giddens, 2000).

Contudo, a agência depende de dois tipos de recursos: os autoritativos e os alocativos. Os primeiros referem-se aos recursos que permitem ao indivíduo o poder sobre outros indivíduos. Os segundos referem-se aos recursos que permitem ao indivíduo o poder sobre objetos materiais (Giddens, 2000).

Segundo Giddens, a ação dispõe de uma série de propriedades, nomeadamente, a monitorização reflexiva, a racionalização e a motivação, para além de abranger igualmente as condições não conhecidas da ação e as suas consequências não intencionais. A monitorização reflexiva é concebida enquanto a intencionalidade, encarada neste contexto como um processo, para o “fluxo contínuo da conduta” (idem, p. 14). Todavia, esta intencionalidade não implica necessariamente uma definição de objetivos conscientes para a ação por parte do indivíduo. A racionalização da ação consiste na capacidade dos indivíduos em explicarem os motivos da sua conduta, a razão de agirem de determinada forma e não de outra. Já a motivação é entendida enquanto a gestão das necessidades do indivíduo, que podem abranger “aspectos conscientes e inconscientes da cognição e da emoção” (idem, p. 20), dotados de uma hierarquia interna. Os motivos inconscientes da ação implicam a necessidade de se considerar as condições não conhecidas para a ação, que, por sua vez, têm de estar relacionadas com as suas consequências não intencionais.

Deste modo, a forma como Giddens percebe a ação, enquanto qualquer atividade levada a cabo pelo indivíduo que possa produzir transformação mas também a reprodução dos sistemas sociais, não ignora que essa mesma ação encontra-se integrada num percurso de continuidade com o passado, com o “conjunto de regras (*interpretativas e normativas*) e de recursos (*alocativos e de autoridade*)” (Pena Pires, 1988, p. 232) que constituem a estrutura. Daí a interdependência entre a agência e a estrutura e o imperativo de esta última não ser concebida apenas enquanto limitadora da ação, mas também enquanto produtora da mesma. Ou seja, a estrutura, na teoria da estruturação de Giddens, não surge apenas enquanto fonte de constrangimento mas também enquanto fator possibilitador da agência.

A estrutura, em Giddens, consiste numa matriz de recursos e regras de comportamento que são mobilizados pelo indivíduo nas interações. Mobiliza-se essa que possibilita a própria reconstituição dessas mesmas regras de conduta. Deste modo, a estrutura, enquanto parte integrante do indivíduo e da sociedade, constitui o meio de possibilitação da reprodução social, embora não de forma exaustiva, dada a necessidade de se considerar o peso das consequências não intencionais da ação e das condições não conhecidas da ação. O que possibilita a agência do indivíduo com capacidade transformadora dos sistemas sociais (Giddens, 2000; Pena Pires, 1988).

Pierre Bourdieu, tal como já foi referido, também defende a interdependência entre a agência e a estrutura, afirmando que a ação se estabelece numa relação de interpenetração dialética entre um *habitus* e um campo (Setton, 2002; Wacquant, 2007).

Habitus é definido enquanto um sistema de disposições e competências de conduta e de esquemas de percepção e avaliação, relativamente durável mas modificável, através do qual os indivíduos desenvolvem as suas ações mas também as suas representações. Esse sistema de ação, percepção e avaliação é incorporado, pelo indivíduo, ao longo de um processo de aprendizagem das e para as suas experiências práticas, imprimidas no seu percurso biográfico. Assumindo, o referido sistema de produção e categorização da conduta e de interpretação de significados, a forma de uma matriz geradora de práticas e representações adaptadas às expectativas e exigências sociais das quais resulta, sendo, deste modo, variável em função do contexto histórico e geográfico, e das posições ocupadas pelo indivíduo no seio da realidade social e seus

arranjos estruturais de relações sociais. Ou seja, o indivíduo desenvolve as suas disposições e competências, bem como os esquemas de interpretação de significado, como resposta às condições ou estruturas sociais objetivas que encontra e no seio das quais está integrado (idem).

As condições ou estruturas sociais objetivas, presentes tanto nas relações sociais nas quais o indivíduo se insere como nos sistemas simbólicos que desenvolve, constituem o que Bourdieu define como campo. Por outras palavras, o campo consiste num espaço social estruturado de relações objetivas, com as suas normas, representações e esquemas de dominação, entre indivíduos ou grupos em posições diferenciadas em função da distribuição de recursos. O indivíduo, ao inserir-se e participar num campo, incorpora essas normas, representações e esquemas no seu habitus, o que lhe permite constituir o campo e conferir-lhe significado. O campo constitui, deste modo, a mediação entre o habitus e a ação e o habitus consiste na manifestação das estruturas do campo, ou, dito de outro modo, consiste num “sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (Setton, 2002, p. 63). Segundo Bourdieu, existe então uma relação entre uma exterioridade objetiva subjetivamente interiorizada e uma interioridade subjetiva objetivamente exteriorizada.

3. Género e algumas propostas de relação entre agência e estrutura

Temas relacionados com o papel e a posição ocupada pelas mulheres na sociedade, a sexualidade, as relações de poder, a divisão do trabalho, o movimento feminista, a feminilidade e a masculinidade, os papéis sexuais e o patriarcado foram desenvolvidos desde o século XIX, com autores como Comte, Freud, Mead, Parsons, sem, no entanto, surgir o conceito de género. Este conceito surgiu, na considerada segunda vaga do feminismo, em 1972, em pleno ativismo das décadas de 60 e 70, com Ann Oakley, na obra *Sex, Gender and Society*, cumprindo o objetivo político e conceptual de problematizar as diferenças entre homens e mulheres fora da esfera da biologia (in Amâncio, 2003; in Francis, 2008), o que já havia sido avançado décadas antes com a obra incontornável de Simone de Beauvoir *Segundo sexo*, sem, no entanto, a terminologia atualmente utilizada. Mais pormenorizadamente, Oakley definiu género “(...) *as socially constructed masculinity and femininity. Masculinity and femininity are products not of biology but of the social, cultural and psychological attributes acquired through the process of becoming a man or a woman in a particular society at a particular time. Gender is thus a social characteristic, not a direct product of biological sex (...)*” (Jackson and Scott, 2002, p. 9).

Contudo, a importância e o impulso do movimento feminista foi de tal forma marcante que originou um vasto espectro de correntes teóricas, como uma radicalização do conceito de papéis sexuais com Bem, por exemplo; uma abordagem estruturalista do género com Martin e Risman, entre outros; um regresso do feminismo às teorias psicanalíticas, com Lacan e Irigaray; e uma corrente individualista do género, nomeadamente com West e Zimmerman ou Butler. Sem pretensões de exaustão teórica, pretende-se aqui aprofundar o essencial das correntes individualista, estruturalista e integracionista de género, dada a sua centralidade relativamente ao problema da relação entre a agência e a estrutura.

A perspetiva individualista de género foi e continua a ser profundamente marcada pela obra de West e Zimmerman, datada de meados da década de 80 do século XX (Martin, 2003; Andersen, 2005; Deutsch, 2007; Risman, 2009; Connell, 2009; West e Zimmerman, 2009; Connell, 2010). Segundo estes autores, o género é percecionado enquanto algo que o indivíduo constrói na interação social, no dia-a-dia, de acordo com as conceções normativas do que consiste um comportamento adequado para homens e mulheres, podendo agir em conformidade ou, pelo contrário, como forma de resistência. Por conseguinte, West e Zimmerman transformaram um estatuto atribuído em um estatuto adquirido, “(...) *moving masculinity and femininity from natural, essential properties of individuals to interactional, that is to say, social properties of a system of relationships*” (West and Zimmerman, 2009, p. 114).

As concepções normativas de género que fornecem o pano de fundo para as interações sociais estabelecidas pelo indivíduo, e que este aprendeu ao longo do seu percurso de vida, inserem-se num contexto temporal, cultural, social, e inclusive situacional. Todavia, apesar de poderem variar consoante o contexto, a necessidade de o indivíduo pautar a sua conduta em consonância com concepções de género é um aspeto omnipresente em qualquer interação (Martin, 2003; Deutsch, 2007). Isto porque o indivíduo, segundo West e Zimmerman, é, sempre e em qualquer situação, responsabilizado pelos seus comportamentos segundo normas genderizadas. O que pressupõe que, sempre que o indivíduo se encontra com outro, se procede a uma avaliação e atribuição de género (Deutsch, 2007; West e Zimmerman, 2009).

A tese defendida por estes autores, reconhecida pelo conceito de *doing gender*, foi fundamental pela elaboração de uma nova análise sobre agência, intenção ou consciência no processo de construção de género. Contudo, o seu conceito original tem sido indevidamente usado, dando azo a um aceso debate teórico (Risman, 2009). Isto porque, segundo West e Zimmerman (2009), os pilares da sua teoria: a responsabilização do indivíduo pelas suas demonstrações de género e o facto de a construção de género englobar tanto a conformidade como a rutura com as concepções genderizadas, foram esquecidos.

Por conseguinte, autores como Deutsch (2007) defendem que se use o termo de construção de género (*doing gender*) apenas e só para se referir a interações sociais que reproduzem a diferença de género e usar o termo de desconstrução de género (*undoing gender*) para se referir a interações sociais que reduzem a diferença de género. Segundo Francine Deutsch, a palavra *do* (construir) denota ação, algo que tem um efeito. *Doing* é um modo de enfatizar que o género é construído continuamente em interações sociais sempre presentes na vida do indivíduo. No entanto, se construir se refere a algo que é feito, então, para a autora, *doing gender* recordará sempre as diferenças de género, mais do que o minorar essas diferenças.

Os defensores do conceito de *undoing gender*, como Butler (1990), Deutsch (2007) e Risman (2009) argumentam que o género binário pode ser subvertido na interação. Estes académicos criticaram o desdobramento comum da construção de género para documentar as formas com que a opressão de género é mantida, argumentando que é importante também realçar a desconstrução de género (*undoing gender*) para avançar com o projeto feminista do dismantelamento da desigualdade de género (Butler, 1990; Deutsch, 2007; Risman, 2009; Connell, 2010).

Em resposta, West e Zimmermann (2009) defenderam que o género nunca pode ser desconstruído, porque desconstruir implica abandono, que determinada categoria sexual (ou de classe ou de etnia) já não constitui algo pelo qual o indivíduo é responsabilizado, que é indiferente. O que se revela uma consequência de partir do conceito da construção de género sem ter conhecimento de que o conceito de responsabilidade está no seu centro. Desta forma, os autores consideram que, em vez disso, o género pode ser reconstruído (*redoing gender*). Eles argumentam que as estruturas responsabilizadoras que mantêm o género podem mudar para acomodar formas menos opressivas de construção de género, mas nunca serão completamente erradicadas (West and Zimmerman, 2009; Connell, 2010).

Outra autora basilar no seio da perspetiva individualista de género é Judith Butler (1990) que alerta para a necessidade de se considerar a performatividade ou o desempenho na conceptualização de género (Martin, 2003; Francis, 2008; Risman, 2009). Sendo que considera o desempenho enquanto “a stylized repetition of acts” (Butler, 1990, p. 140). Ou seja, para a autora, a performance ou desempenho de género nunca se trata de uma ação isolada, uma vez que traz consigo uma relação estreita com um conjunto de concepções normativas de género (Martin, 2003). Ou, por outras palavras, a performance de género “(...) it is always a reiteration of a norm or a set of norms, and to the extent that it acquires an act-like status in the present, it conceals or dissimulates the conventions of which it is a repetition” (Butler, 1993, p. 12). Pelo que o desempenho não é percecionado como uma escolha, e menos ainda uma escolha igual, dada a importância de manter o reconhecimento tanto das estruturas sociais quanto do corpo físico nas produções de poder discursivas. Uma série de estigmas e punições sociais detêm os indivíduos da transgressão em relação ao dualismo heteronormativo de género (Francis, 2008).

A abordagem de Butler pensa o género não como algo que o indivíduo tem (ou não) mas “as situationally constructed through the performances of active agents” (Messner, 2000, p. 769). Segundo Messner (2000), a

ideia de género como performance coloca, em primeiro plano analítico, a agência dos indivíduos na construção do género, realçando a fluidez contextual do género, que, numa situação, pode revelar-se conservador e reproduzido, e, noutra, transgressivo e em rutura. Contudo, Messner sublinha a teoria de Walters ao defender que o desempenho de género nunca é um ato simplesmente voluntário, necessitando de se ter em consideração a ligação ao poder de género “*to constrain, control, violate, and configure*” (Walters, 1999, p. 250, in Messner, 2000). Nesta perspetiva, o género é visto enquanto desempenhado ou criado através de interações diárias, mas crucialmente no seio de configurações históricas, sociais e políticas específicas que constroem ou possibilitam certas interações.

O pensamento contemporâneo sobre a relação entre estrutura e agência na área científica do género é profundamente marcado pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo. No seio da sociologia, a perspetiva construtivista de *doing gender* de West e Zimmerman e a teoria pós-modernista de desempenho e performatividade de Butler destacam-se pelo regresso da agência humana à teoria de género (Andersen, 2005). Contudo, estas abordagens, segundo Andersen, tendem a exagerar o grau em que os indivíduos estão dispostos a resistir em alguns contextos estruturais. A teoria e a investigação feministas não devem subestimar os constrangimentos e as relações de poder gerados pelas estruturas sociais, especialmente contra aqueles que menos poder têm para negociar as suas decisões no seio dessas mesmas estruturas. Esta lacuna é colmatada com a perspetiva estrutural de género.

A perspetiva estruturalista de género, defendida por autores como Patricia Martin (2003) e Barbara Risman (2004), advogam que a sociedade é composta por indivíduos que, coletivamente, formam uma estrutura, que, por sua vez, compreende um conjunto de normas e práticas de género que são internalizadas e apreendidas pelos indivíduos que, nas suas ações, as reproduzem ou reinventam (Andersen, 2005). Martin (2003), seguindo esta linha de raciocínio, define género “*as having a social structure and related practices with a history that entails opportunities and constraints and a plethora of meanings, expectations, actions/behaviors, resources, identities, and discourses that are fluid and shifting yet robust and persisting.*” (idem, p. 344)

Contudo, o poder de reinvenção ou reprodução das normas e práticas de género internalizadas no percurso de vida difere de indivíduo para indivíduo, em função da situação social em que se encontra ou da posição social que ocupa. Ou seja, “*different social positions offer different amounts of power and shape their occupants’ experiences and consciousness*” (idem, p. 357). Isto porque a estrutura social, enquanto pano de fundo que contextualiza a vida quotidiana, influencia diferenciadamente a ação, consoante o poder detido pelo indivíduo: de modo indireto ao dar forma e significado às suas representações no que diz respeito a interesses, expectativas e objetivos e de modo direto ao constrengê-las as suas escolhas.

Contudo, as teorias estruturalistas que foram sendo desenvolvidas no passado, segundo Risman (2004), apresentavam falhas fundamentais nas suas aplicações, ao ignorar não só o género internalizado ao nível individual mas também as próprias expectativas culturais presentes em qualquer interação, relacionadas com os homens e as mulheres, apenas e só devido à sua categoria de género. É essencial, na perspetiva estrutural, segundo a autora, não esquecer ou desconsiderar o facto de o género ser uma estrutura profundamente incorporada na sociedade, embora na maioria das vezes de forma impercetível.

Esta relevância da estrutura de género na sociedade tem implicações nas personalidades dos indivíduos, nas expectativas e ações levadas a cabo nas interações diárias e mesmo na organização de instituições e políticas direcionadas para grupos sociais (idem). Deste modo, a estrutura de género, enquanto base para estratificação, diferencia oportunidades e constrangimentos, o que tem consequências ao nível individual, para o desenvolvimento de *selves* genderizados; ao nível interaccional, com expectativas genderizadas diferenciadas mesmo quando homens e mulheres ocupam posições estruturais idênticas; e ao nível institucional, onde as regulações no que dizem respeito à distribuição de bens e recursos são genderizadas.

Segundo Andersen (2005, p. 442), Risman “*developed a conceptual framework to capture both the constraints on people’s lives posed by structures that exist beyond individuals and people’s internal consciousness that enables them to challenge and change gender structures*”. Andersen vê nesta capacidade

teórica de colocar o indivíduo na sociedade mas simultaneamente a sociedade no indivíduo uma semelhança com a tese de Berger na década de 60.

A percepção de que o género opera a vários níveis da realidade social, e que, para compreender a sua relevância, funcionamento e capacidade de mudança, é necessário teorizar e investigar as relações entre os planos estrutural e interaccional, deu origem à perspetiva integracionista, defendida por autores como Michael Messner (2000) e Rawyen Connell (2009).

Stevi Jackson e Sue Scott (2002), seguindo a linha de raciocínio integracionista, definem género exatamente como uma estrutura social que é quotidianamente negociada, produzida e reproduzida na interação social. Nas suas palavras, *“gender as we define it denotes a hierarchical division between women and men embedded in both social institutions and social practices. Gender is thus a social structure phenomenon but is also produced, negotiated and sustained at the level of everyday interaction. The world we inhabit is always already ordered by gender, yet gender is also embodied and lived by men and women, in local, specific, biographical contexts and is experienced as central to individual identities.”* (Jackson e Scott, 2002, pp. 1-2)

Rawyen Connell (2009) advoga que qualquer realidade social detém, reproduz e defende uma ordem de género, como Jackson e Scott referem neste excerto, o que consiste em padrões gerais de disposições de género, que, no caso das sociedades ocidentais contemporâneas, se revela na forma de uma ordem de género patriarcal. Todavia, no seio de uma mesma realidade social, podem existir distintos regimes de género, que, apesar de poderem corresponder à ordem de género também se lhes podem distanciar. O regime de género consiste num conjunto mais restrito de disposições de género, no seio institucional, ou, como surge na adaptação do conceito por parte de Susan Williams (2002), em disposições de género no contexto local.

Para este autor, as relações de género, estabelecidas no contexto de um regime de género e de uma ordem de género, estão constantemente a ser construídas e reconstruídas na vida quotidiana, sendo constituídas por quatro tipos distintos de relações, tanto ao nível estrutural como interaccional. Primeiro, relações de poder, que constituem relações em que, no contexto de uma ordem de género patriarcal, é exercido um controlo sobre as mulheres (e também sobre homens detentores de uma masculinidade distinta da hegemónica) de forma direta por parte dos homens, mas também de forma impessoal por parte do Estado. Segundo, relações de produção, em que se constrói uma divisão sexual do trabalho, em que o trabalho pago e o mundo económico é culturalmente definido enquanto um mundo de homens e o trabalho não pago ou a vida doméstica enquanto o mundo das mulheres. Terceiro, relações emocionais, em que tanto as relações emocionais (amorosas, familiares, de amizade, mas também no local de trabalho) e a sexualidade são frequentemente organizadas com base no género. E, por fim, relações simbólicas e de discurso, que consistem nas representações simbólicas, através dos significados de género, do que é ser homem ou mulher.

Para Connell (2009), o perceber-se o género enquanto simultaneamente estrutura e agência acarreta algumas consequências. Deste modo, o género, como qualquer estrutura, é multidimensional; contextual, podendo variar consoante o contexto social e cultural mas continuar a tratar-se de género; e reproduzido socialmente, dada a sua capacidade em dar forma à ação individual. Contudo, os padrões de género, resultado de um processo de aprendizagem, não são imutáveis, porque os indivíduos encontram forma de inovar e criar novas tendências, que poderão criar tendências de crise e despoletar mudanças nas estruturas.

Michael Messner (2000) defende que, para se compreender o género, e sob que condições o género é ativado enquanto um princípio organizador saliente na vida social e sob que condições pode tornar-se menos saliente, é útil uma abordagem que empregue múltiplos níveis de análise. Sendo necessário e desejável explorar as constantes inter-relações, continuidades e contradições entre os vários níveis, dado que as estruturas sociais simultaneamente constroem e possibilitam, enquanto a agência é simultaneamente reprodutora e resistente.

Deste modo, Messner utiliza um quadro teórico e analítico a três níveis: o nível interaccional, em que estuda como o género é construído ao nível da interação ou desempenho; o nível do contexto estrutural, em que analisa como o regime de género estruturado fornece um contexto que constrange e possibilita; e, por fim, o nível do símbolo cultural, em que tenta perceber como a imersão genderizada do indivíduo na cultura (e as

suas localizações diferenciadas no que ao género diz respeito) fornece recursos simbólicos com os quais criam ativamente (ou rompem com) diferenças categoriais.

4. Reflexões metodológicas

A tese de doutoramento em curso, dado o seu objetivo, necessita de uma metodologia que percecione o indivíduo enquanto uma síntese complexa do sistema social e a vida enquanto uma prática que se apropria das estruturas sociais, interioriza-as e transforma-as: *‘une vie est une pratique qui s'approprie des rapports sociaux (las structures sociades) les intériorise et les retransforme en structures psychologique par son activité de destructuration-restruturation* (Ferraroti, 1983, p. 50).

Pretende-se, deste modo, utilizar nesta pesquisa a metodologia de histórias de vida. Sendo que se entende por histórias de vida uma análise centrada no indivíduo, no seu percurso e respetivos acontecimentos, na sua visão do mundo e da vida (Ferraroti, 1983; Conde, 1993; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999). Aqui o indivíduo é percecionado não como um átomo social, ou seja, o elemento mais simples da sociedade, mas sim como uma síntese complexa dos elementos constituintes daquela. Ou seja, esta metodologia considera que o indivíduo, na sua singularidade, reproduz a totalidade e universalidade do seu contexto – social, cultural, económico, político: *‘chaque acte individuel est une totalisation d'un système social’* (Ferraroti, 1983, p. 53). Porém, esta metodologia restitui também ao indivíduo o seu papel de sujeito na história coletiva, com auto-reflexividade, decisão, intencionalidade e protagonismo (Conde, 1993). Não o vê como elemento passivo e limitado à reprodução das estruturas sociais, mas como agente da mudança, que, sendo resultado do sistema social, tem aptidão para o transformar.

Contudo, as histórias de vida, marcadas pela intenção de dar voz aos sujeitos invisíveis do curso da história, paradigmáticas da Escola de Chicago, e que conheceram uma reentrada nas ciências sociais na década de 70, depois de quase trinta anos de abandono (Conde, 1993; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999), são atravessadas por uma série de contradições teóricas.

Uma das grandes contradições que atravessam este procedimento de investigação é a que coloca em confronto a biografia direta, escrita ou falada pelo indivíduo, sem a presença de um elemento estranho que sirva de intermediário entre o sujeito e a sua memória; e a biografia indireta, em que se estabelece uma relação de familiaridade entre o indivíduo e o investigador resultando numa entrevista em que o segundo despoleta, incentiva e estimula a memória do primeiro (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999).

Outra das contradições teóricas presentes é a que contrapõe a especialização do tema, em que o investigador se centraria numa dimensão específica da história pessoal do indivíduo, à exaustividade, em que o investigador incide sobre a vida do sujeito na sua totalidade. Há também quem defenda que as histórias de vida se devem pautar pela liberdade total de palavra concedida ao sujeito, embora passível de ser controlada pelo cientista social; que se opõem aos que defendem uma diretividade completa, por parte do pesquisador, na entrevista, com um guião fechado. Estas duas posturas encontram, no entanto, o seu equilíbrio numa entrevista semi-diretiva, em que, visando obter o máximo de informação que permita compreender a complexidade do testemunho do indivíduo, se procede a um guião com um conjunto de perguntas-guia, como marcos essenciais a abordar (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996).

Alguns cientistas sociais preferem uma entrevista singular, em que existe apenas um informante. Outros defendem as discussões de grupo, referindo que a presença de vários indivíduos poderá levar a um maior aprofundamento dos temas (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999).

Apesar de se defender que nenhuma destas posições deverá ser totalitária, devendo-se encarar estas contradições como oposições apenas aparentes e que possibilitam complementaridades, quando se toma em consideração os constrangimentos de tempo presentes em todos os projetos de doutoramento e o facto de a pesquisa ser realizada por apenas uma pessoa, decidiu-se proceder a biografias indiretas, segundo a definição

de Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1999), com a ambição de focar várias dimensões da história pessoal dos indivíduos, o que se pretende conseguir através de entrevistas singulares semi-diretivas.

A realização de entrevistas singulares semi-diretivas têm como objetivo a reconstrução, por parte do entrevistado, de acontecimentos passados e de trajetórias de vida, com uma análise retrospectiva da ação, bem como estudos sobre representações sociais personalizadas e individuais (Silva e Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado e Gutiérrez, 1995; Ghiglione e Matalon, 1996). O entrevistado, ao falar da sua trajetória e consequentes representações, reflete sobre acontecimentos que experienciou, sentiu e absorveu, dando origem não só ao relato cronológico da sua trajetória mas também à sua interpretação, com maior ou menor grau de deformação, transformação. Na verdade, imprime à recolha de informação grande subjetividade, com a presença de impressões, sensações, preconceitos, reflexões e racionalizações. Assim, é importante considerar que não se obtém a realidade objetiva, mas sim uma afetividade subjetiva (Almeida, 1986; Conde 1993, 1994; Delgado e Gutiérrez, 1995; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999).

Nestas entrevistas semi-diretivas, sem nunca esquecer o objetivo da pesquisa, segue-se um guião com um conjunto estruturado de questões constituídas em duas partes basilares. Uma primeira em que se conhece e compreende o percurso biográfico do indivíduo ao se incentivar uma introspeção retrospectiva da sua infância, adolescência e vida adulta. Uma segunda em que se descobre e percebe a gestão do presente na biografia do indivíduo, como este articula várias dimensões do quotidiano, estabelecendo prioridades e centramentos.

Este guião de entrevista tem por base o modelo de análise da pesquisa, construído em função das leituras realizadas e discutidas neste paper: em torno da dualidade agência e estrutura e em torno dessa relação com o género. Deste modo, este projeto de doutoramento insere-se numa perspetiva integracionista de género, em que se pretende aliar uma perceção do indivíduo enquanto *“knowledgeable and active subjects who attempt to overcome their alienation, to act upon the world themselves instead of being acted upon by others”* (Jackson and Scott, 2002, p. 427) sem, contudo, descurar o peso e a importância do poder das estruturas sociais nessa capacidade de agência.

Seguindo esta linha de raciocínio, construiu-se um modelo de análise composto por quatro níveis, inspirado nos três níveis de análise defendidos por Messner (2000), aos quais se acrescentou o nível individual, em que se visa compreender o património individual de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção de si, dos outros e da realidade social, segundo a teoria defendida por Lahire (2001), inspirada na teoria de habitus de Bourdieu. Ao nível individual, somam-se: o nível interaccional, com o objetivo de conhecer as interações e relações tidas e mantidas com os outros e como o indivíduo, nesse contexto, desenvolve a sua condição de género e a sua reflexão de si; o nível estrutural, no qual se pretende analisar as possibilidades e constrangimentos impostos pelas situações e posições ocupadas pelo indivíduo genderizado; e, por fim, o nível cultural, no qual se ambiciona compreender as conceções normativas que foram sendo transmitidas e adquiridas ao longo da história de vida do indivíduo, com as quais o indivíduo pode ter rompido ou agido em conformidade.

Considerando que a forma como o indivíduo constrói e sente o seu percurso biográfico, e o modo como a condição de género desempenha o seu papel, tem forte cariz cultural, social e geracional, este projeto de investigação visa a realização de sessenta entrevistas semi-diretivas a indivíduos, homens e mulheres, dos 30 aos 60 anos, de modo a encontrar-se diferenças culturais e sociais provenientes de diferenças geracionais; e de proveniências diversificadas no que diz respeito à classe social. Até ao presente momento, conseguiram-se realizar quarenta entrevistas, 25 mulheres e 15 homens, com grande diversidade no que diz respeito a escolaridade, profissão, origem social e idade.

5. Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de (1986), Entre o dizer e o fazer; a construção da identidade feminina, *Análise Social*, 92 – 93, 493-520
- Amâncio, Lúcia (2003a), O género no discurso das ciências sociais, *Análise Social*, 168, 687-714
- Andersen, Margaret L. (2005), Thinking about women. A quarter century's view, *Gender and Society*, 19, 437-455
- Blanchet, Alain et al (1987), *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris: Dunot
- Bourdieu, Pierre et al (1993), *La misère du monde*, Paris: Éditions du Seuil
- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble*, New York: Routledge
- Butler, Judith (1993), *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*, New York: Routledge
- Conde, Idalina (1993), Problemas e virtudes na defesa da biografia, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, 39-57
- Conde, Idalina (1994), Falar da vida (II), *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, 41-74
- Connell, Catherine (2010), Doing, undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of transpeople, *Gender and Society*, 24, 31-55
- Connell, Raewyn (2009), Accountable conduct. 'Doing gender' in transsexual and political retrospect, *Gender and Society*, 23, 104-111
- Connell, Raewyn (2009), *Gender: Short Introductions*, Cambridge: Polity Press
- Delgado, Juan Miguel e Juan Gutiérrez (coords) (1995), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*, Madrid: Síntesis
- Deutsch, Francine M. (2007), Undoing gender, *Gender and Society*, 21, 106-127
- Ferraroti, Franco (1983), *Histoire et histoires de vie*, Paris: Librairie des Méridiens
- Francis, Becky (2008), Engendering debate: how to formulate a political account of the divide between genetic bodies and discursive gender?, *Journal of Gender Studies*, 17: 3, 211-223
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1996), *O inquérito – teoria e prática*, Oeiras: Celta
- Giddens, Anthony (2000), *A dualidade da estrutura*, Oeiras: Celta Editora
- Jackson, Stevi e Sue Scott (2002), *Gender: a Sociological Reader*, New York: Routledge
- Lahire, Bernard (2001), *O homem plural. As molas da acção*, Lisboa: Instituto Piaget
- Martin, Patricia Yancey (2003), 'Said and done' versus 'Saying and doing'. Degendering practices, practicing gender at work, *Gender and Society*, 17, 342-366
- Messner, Michael A. (2000), Barbie girls versus sea monsters. Children constructing gender, *Gender and Society*, 14, 765-784
- Pena Pires, Rui (1988), A teoria de estruturação de Anthony Giddens. Apresentação e bibliografia", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, 232 – 233
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1999), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora
- Risman, Barbara J. (2004), Gender as a social structure. Theory wrestling with activism, *Gender and Society*, 18, 429-450
- Risman, Barbara J. (2009), From doing to undoing: Gender as we know it, *Gender and Society*, 23, 81-84

- Setton, Maria da Graça Jacintho (2002), A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea, *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento
- Wacquant, Loic (2007), Notas para Esclarecer a Noção de Habitus, *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 16, 5-11
- West, Candace and Don Zimmerman (2009), Accounting for doing gender, *Gender and Society*, 23, 112-122
- Williams, L. Susan (2002), Trying on gender, gender regimes, and the process of becoming women, *Gender and Society*, 16, 29-52